



A estratégia brasileira no Oriente Médio: uma visão histórica no século XX

The Brazilian strategy in the Middle East: a historical view in 20th century

DOI: [10.5752/P.1809-6182.2017v14.n1.p39](https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2017v14.n1.p39)

Mauro Cid¹

Recebido em: 18 de novembro de 2016
Aprovado em: 20 de abril de 2017

RESUMO

Esse artigo busca apresentar, dentro de um contexto histórico, a estratégia brasileira no Oriente Médio tentando entender como a diplomacia brasileira conduziu sua Política Externa em relação ao Oriente Médio. O tema foi tratado de forma cronológica para facilitar uma visão mais ampla nas relações internacionais e da diplomacia brasileira, podendo facilmente visualizar os interesses brasileiros sobre essa região. Os objetivos eram traçados em consonância com os planos de governo dentro das necessidades e interesses balizados pelas realidades e os problemas em cada período. Para atingir o objetivo proposto serão trabalhadas as estratégias da Política Externa brasileira, tendo como marco temporal principal o período dos Governos Militares até os dias atuais.

Palavras-chave: Oriente Médio. Estratégia. Política Externa.

ABSTRACT

This article tries to present, within a historical context, the Brazilian strategy in the Middle East working with a basic theoretical framework related to the history of the International Relations of Brazil with the countries of the Middle East and trying to understand how the Brazilian diplomacy conducted its Foreign Policy in relation to the Middle East. The theme was chronologically treated to facilitate a broader view of international relations and Brazilian diplomacy, and can easily visualize Brazilian interests in this region. The strategies adopted in the foreign policies of the various governments with the Middle East did not follow the same line of thought, nor did it reflect a state thought. The objectives were drawn in line with the plans of government within the needs and interests dictated by the realities and problems in each period. In order to achieve the proposed goal, the strategies of the Brazilian Foreign Policy will be worked out, with the Military Government period as the main time frame until the present day.

Key word: Middle East. Strategy. Foreign Policy.

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME). Mestre em Operações Militares, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (RJ, 2009) do Exército Brasileiro, Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (RJ, 2000). Especialista em Guerra Irregular (Curso de Forças Especiais, 2003) e em Ações de Comandos (2002) pelo Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército Brasileiro. Especializou-se em Relações Públicas e Gerência de Marketing pela Universidade Veiga de Almeida (2005). orcid.org/0000-0002-5052-6516

Introdução

Segundo Freide (2015, p.3), “política é o conjunto de objetivos que enformam determinado programa governamental”. A política estabelece os objetivos que uma nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações em determinada fase de sua evolução histórico-cultural.

A palavra estratégia vem do grego “estrategos” (general) e significou em toda a Antiguidade e até provavelmente o século XVIII “arte do general”. Clausewitz definiu, no famoso *Von Kriege* (CLAUSEWITZ, 1984), estratégia como “arte do emprego das batalhas como um meio de se chegar ao objeto da guerra”. No início do século XX, o General Von Moltke (LEONARD, 1967) definiu estratégia como “a adaptação prática dos meios postos à disposição do general para o alcance do objetivo em vista.

O pensamento de Aron (1976) sobre a estratégia está ligado ao “como fazer” o que a política define “o que fazer”. A estratégia se subordina à política para que os objetivos possam ser obtidos. Neste contexto a Política Externa traça os objetivos de um país voltado para suas relações externas e ações diplomáticas.

Seguindo essa linha de raciocínio, a Política Externa cria estratégias para que os objetivos políticos de um país sejam alcançados. É baseado nestes conceitos que o presente artigo busca apresentar a estratégia da política externa brasileira em relação ao Oriente Médio, baseado em uma análise da história das relações brasileiras com o Oriente Médio. Tal reflexão teve como fator motivador a importância estratégica que a região tem no contexto mundial.

Inicialmente, entende-se que Política Externa é o gerenciamento das relações e atividades exteriores dos Estados-Nação. Esta atividade de Estado envolve objetivos, estratégias, medidas, métodos, orientações, diretivas, compreensões e acordos firmados com outros Estados a fim de definir a rela-

ções internacionais. No caso brasileiro, sua Política Externa é pautada pelo multilateralismo e o pragmatismo. (JACKSON, 2007). O pensamento de estado, contextualizado pelas estratégias traçadas pelo Estado brasileiro, são definidos por Bourdieu (1996) como “as categorias de pensamento do senso comum, inculcadas pela ação do Estado”.

As instituições multilaterais têm um papel fundamental na expressão da identidade da política externa do Brasil e ressalta a natureza dos interesses brasileiros: a sustentação das instituições internacionais e suas práticas são uma forma de perseguir o interesse nacional (KENKEL, 2011). O Ministério das Relações Exteriores (MRE), em seu papel como o principal arquiteto da estratégia da política externa brasileira busca de forma acentuada o multilateralismo.

O artigo 4º da Constituição Brasileira de 1988 torna-se interessante, pois, segundo Barroso (2001), não existe uma hierarquia entre os valores em questão; no caso de confronto entre os valores de “defesa da paz” ou “não-intervenção” com “autodeterminação” ou “direitos humanos”, é explicitamente deixado para a política decidir qual preceito prevalecerá. Os preceitos do Artigo 4º poderiam certamente ser usados como argumentação para o Brasil agir de maneiras divergentes durante a formulação das políticas externas, possibilitando até mesmo a utilização do poder militar, por exemplo, da defesa da paz.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político (BRASIL, 1988).

Como resultado, segundo Kenkel (2011), o Artigo 4º confere papel interpretativo poderoso, tanto para o Poder Executivo quanto para o Poder Legislativo. A falta de conhecimento e interesse sobre como lidar as questões internacionais leva ao assessor direto, tanto no nível político como no nível ministerial, das autoridades decisórias a uma necessidade de se ter orientações políticas verdadeiramente capazes de servir como bases para as formulações de uma estratégia para o Oriente Médio.

Ramalho (2009) afirma que os interesses brasileiros estão ligados as suas tradições de política externa: amizade com os vizinhos, respeito ao Direito internacional, à solução pacífica de controvérsias, à não-intervenção em assuntos internos e à autodeterminação dos povos.

Brasil e oriente médio: análise histórica e falta de um posicionamento real

Para entender quais são os objetivos estratégicos e os interesses do Brasil é importante relatar, de maneira histórica, como a política Externa Brasileira conduziu a aproximação com o Oriente Médio.

As relações do Brasil com o Oriente tiveram início com a visita do Imperador Dom Pedro II ao Egito, Damasco, Beirute e Jerusalém em 1871. A visita do Imperador foi motivada por interesses “espirituais e científicos” e sem nenhuma consideração política ou econômica (FAINGOLD, 1999). Os primeiros acordos comerciais foram de pequeno porte, estabelecendo relações diplomáticas com o Irã em 1903 e com o Egito em 1924. (ROSA, 2000).

No começo do século XX, não havia uma política específica e o vínculo mais forte do Brasil com o

Oriente Médio eram os milhares de sírios e libaneses, cristãos maronitas em sua grande maioria, que migraram para o Brasil, tanto pela busca de melhores oportunidades econômicas ou pela perseguição política feita pelos otomanos. (HAJJAR, 1985).

Com o final da 2ª Guerra Mundial e a independência das nações árabes abriram-se novas oportunidades de relações. A diplomacia brasileira desempenhou um papel ativo na “questão palestina” desde o início. A sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que aprovou a partilha da Palestina e criou o Estado de Israel foi presidido pelo embaixador brasileiro Oswaldo Aranha. (ROSA, 2000).

Entretanto, o Brasil não possuía, nesta época, uma estratégia definida para o Oriente Médio, nem objetivos estabelecidos. Vigevani e Kleinas (1999) afirmam que o Brasil não possuía uma linha estratégica estabelecida. Correspondências entre Oswaldo Aranha e Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do governo Dutra entre 1947 e 1951, sugerem que o Brasil não se posicione, buscando uma solução intermediária para a questão da Palestina.

não devemos tomar partido na questão da Palestina, ‘que só nos interessa muito remotamente’. Por isso, a Delegação do Brasil junto à Assembleia Geral da ONU foi instruída no sentido de procurar uma solução de compromisso, aceitável para ambas as partes em litígio. (VIGEVANI; KLEINAS, 1999, p. 17).

Em 1956, o envio de tropas brasileiras para o Sinai e Gaza, atuando na Forças de Emergência das Nações Unidas *United Nations Emergency Forces*, (UNEF) mostra a manifestação do compromisso do país com os princípios da organização internacional. (ROSA, 2000). Segundo Uziel (2011) o comportamento brasileiro visava a “benefícios intangíveis”, que não estavam bem definidos ou especificados quais eram os reais interesses nacionais. De acordo com Santos (2002) nem os Ministérios Militares nem o Ministério das Relações Exteriores buscaram valorizar a importância do envio de

tropas, sobretudo utilizá-lo como aprendizado técnico-militar ou valorizá-lo em termos de política internacional do País.

A partir dos anos 1960, devido à necessidade crescente de aumentar as fontes de petróleo, o governo brasileiro estabeleceu laços diplomáticos com Arábia Saudita, Iraque, Emirados Árabes Unidos e Kuwait. Da mesma forma buscou intensificar as relações que já existiam com a Síria, Líbano e Jordânia (ROSA, 2000).

Em relação ao conflito árabe-israelense, o Brasil adotou uma posição de neutralidade em relação a interesses israelenses e árabes até meados da década de 1970, sem tomar posições decisivas e buscando uma solução que atendesse os anseios das duas partes. (LESSA, 2000).

A aproximação com os árabes

Com o choque do petróleo de outubro de 1973 e a Guerra de Yom Kippur, o envolvimento brasileiro com o Oriente Médio aumentou (VISENTINI, 1998). A mudança de comportamento estava relacionada com a necessidade de manter a capacidade energética do Brasil em pleno “Milagre Econômico”, levando o governo brasileiro a se aproximar de países exportadores de petróleo, como Iraque e Arábia Saudita. Nesse período mostrou-se propenso a posicionar-se de forma mais ativa sobre as causas árabes, apoiando a autodeterminação palestina. Em um discurso que baliza essa mudança, o chanceler Barboza, em seu discurso de boas-vindas ao ministro do exterior libanês, Fouad Naffah, em janeiro de 1974, fez uma declaração que exortava Israel a se retirar de todos os territórios ocupados para garantir uma paz justa e duradoura no Oriente Médio. (LESSA, 2000, ROSA, 2000). O Brasil saía de uma política baseada em princípios e retóricas e passava a mostrar posições mais concretas com relação ao Oriente Médio.

Com o Governo Geisel a partir de 1974, essas mudanças tomaram um caráter de políticas de governo, com ações governamentais concretas. O novo presidente inaugurou um paradigma de política externa, denominado “pragmatismo responsável”² (FONSECA JÚNIOR, 2002). Não podemos esquecer que a estratégia de Geisel e seu Ministro de Exterior, Azeredo da Silveira, era em cinco anos transformar o Brasil em uma grande potência baseado em um expressivo crescimento econômico. Desta forma, viu-se a necessidade de expandir e diversificar as relações bilaterais, com o reconhecimento de imediato dos regimes socialistas portugueses e angolanos e reabrindo as relações diplomáticas com a República Popular da China. (LESSA, 2000).

O Brasil reforçou sua posição em favor dos árabes pedindo a Israel a retirada das áreas ocupadas na Guerra dos Seis Dias no discurso de abertura na XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974, proferida pelo ministro Azeredo da Silveira (1995). No discurso, em sua parte mais contundente, foi declarado que a ocupação do Sinai, Gaza, Cisjordânia e as Colinas de Golá, teria sido uma “guerra de conquista”:

A objeção à guerra de conquista é uma constante na História do Brasil, é um preceito inscrito em nossa Lei fundamental. Consideramos absoluto o direito à integridade territorial e a obrigação de respeito à soberania. Em consequência, acreditamos que a desocupação dos territórios ocupados é, insofismavelmente, parte integrante da solução do conflito. (SILVEIRA, 1995).

Dentro dessa linha o Brasil votou em favor da Resolução 3210, que autorizava a Organização para a Libertação da Palestina a participar das Assembleias Gerais da Organizações das Nações Unidas (ONU) nos temas relativos a questão palestina. O

2. Orientação da Política Externa Brasileiro no período que procurou ampliar a presença brasileira na África e com os demais países do Terceiro Mundo, evitando o alinhamento incondicional aos Estados Unidos.

Brasil ainda votaria favoravelmente aos interesses árabes na Resolução 3237 que convidava a OLP “a participar das sessões e dos trabalhos da Assembleia Geral na condição de observador”, estendendo o alcance da Resolução 3210.

O mais forte posicionamento brasileiro pela posição árabe foi em novembro de 1975. O Brasil, juntamente com Cuba e México, votou favoravelmente à condenação de que o sionismo representava uma forma de racismo e discriminação racial, a Resolução 3379. Desta forma, a diplomacia brasileira reconhecia a demanda da organização chefiada por Yasser Arafat de atuar como uma parte oficialmente reconhecida no conflito árabe-israelense.

Esse posicionamento brasileiro trouxe boas repercussões para a indústria de defesa brasileira. Durante esse período, as exportações brasileiras foram “puxadas” por demanda que teve origem em alguns países, notadamente o Iraque e a Líbia. Os blindados tiveram as maiores das vendas externas, onde todas as exportações foram feitas pela Engesa, destacando-se as dos modelos EE-11 Urutu e EE-9 Cascavel. As aeronaves foram exportadas pela Embraer, destacando-se os modelos EMB-312 Tucano e EMB-121 Xingu. Na categoria de artilharia e sensores, foram todas de produtos da Avibras. (MORAES, 2010)

O Iraque foi o maior cliente que a indústria bélica brasileira já possuiu. O volume das importações militares do país cresceu aceleradamente com o início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e manteve-se em patamares elevados até o término do conflito. O Brasil exportou 80 aeronaves Tucano, fabricadas pela Embraer; 400 blindados Cascavel, 200 blindados Urutu, 280 blindados Jararaca, todos produzidos pela Engesa; 67 sistemas Astros II, fabricados pela Avibras. O fornecimento de petróleo, feito na modalidade de troca, foi a contrapartida pelas vendas, conhecimento internacionalmente como “*oil for weapon*”³. (BP, 2011).

Existia, ainda, um conjunto maior de cooperação entre os dois países, cujas relações vinham se expandindo desde meados dos anos 1970 e abrangiam também as áreas da energia nuclear, desenvolvimento de satélites, parcerias em tecnologia militar e fornecimento de diversos outros produtos e serviços (FARES, 2007).

A Líbia foi o segundo comprador do material de defesa brasileiro. Entre 1970 e 1977 as exportações brasileiras passaram de US\$ 3,6 bilhões para US\$ 14,6 bilhões (MORAES, 2010). A ascensão de Muammar Gaddafi foi o grande motivador desse fortalecimento militar, buscando aproveitar-se da ampla disponibilidade de petrodólares.

Do Brasil, a Líbia adquiriu 500 blindados Cascavel e 180 blindados Urutu, a exemplo do que ocorreu com o Iraque. Os fornecimentos brasileiros para a Líbia ocorreram até 1983, quando as relações entre os dois países se enfraqueceram. O motivo foi que, naquele ano, quatro aeronaves líbias destinadas à Nicarágua fizeram escala no Brasil e, seguindo informações repassadas pelos Estados Unidos, estas foram cercadas em solo e constatou-se que, na verdade, carregavam armamentos da União Soviética e da Tchecoslováquia para a Nicarágua, em vez de suprimentos médicos, como afirmavam os documentos oficiais (SIMONS, 1988).

Em 1981, Israel realizou um ataque aéreo à usina nuclear de Osirak I no Iraque. O Brasil duramente condenou o ataque nas Nações Unidas e o chanceler brasileiro descreveu o ataque as instalações nucleares iraquianas como “um exemplo flagrante de uso da força incompatível com a Carta de nossa Organização”. (GUERREIRO, 1995, p. 501).

No governo Figueiredo, na abertura da 37ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o Brasil condenou a operação militar israelense no Líbano:

Vejo, com enorme apreensão, a persistência da crise no Oriente Médio, cujos aspectos

3. Vale lembrar que: no período 1975-1984, 78,6% do petróleo consumido no Brasil foi importado

mais salientes são, neste momento, o conflito entre o Iraque e o Irã e as sequelas da ação militar que vitimou o Líbano, país com que mantemos profundas e fraternas relações. Ainda recentemente, a opinião mundial ficou profundamente chocada com o massacre de civis palestinos em Beirute. (FIGUEIREDO, 1995, p. 406).

Entretanto desta vez, o Brasil voltou a uma posição de equidistância que historicamente mantinha em relação aos problemas do Oriente Médio. O presidente Figueiredo expressamente reconheceu na sua fala nas Nações Unidas esse direito israelense de viver em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas:

Sabemos todos que a questão do Oriente Médio só encontrará solução quando forem desocupados os territórios árabes hoje sob ocupação militar e for reconhecido o direito do povo palestino a um Estado soberano, assim como o direito de todos os países da região, inclusive Israel, a viverem em paz, dentro de fronteiras reconhecidas. (FIGUEIREDO, 1995, p. 406).

Período pós-regime militar

Com o fim do Regime Militar, o governo José Sarney manteve as mesmas estratégias diplomáticas em relação ao Oriente Médio. As estratégias seguiam o mesmo passo adotados nos últimos dez anos: o estabelecimento de um Estado palestino; a retirada israelense dos territórios árabes ocupados; e o cumprimento das resoluções das Nações Unidas sobre o tema.

O presidente recém-eleito, Fernando Collor de Mello, em dezembro de 1989, manifestou a necessidade de atualizar as linhas de orientação da política externa brasileira, adaptando-a aos novos tempos com a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria. O país deveria rever suas relações com os Estados Unidos da América (EUA) e juntar-se as forças da globalização, da democracia e do liberalismo econômico. Por fim, a diplomacia brasileira

deveria abandonar a retórica e as posições terceiro-mundistas que haviam caracterizado a inserção brasileira nas duas décadas anteriores. (HIRST; PINHEIRO, 1995). Como parte desta nova estratégia, algumas mudanças específicas foram propostas, incluindo-se a reaproximação com Israel.

Mesmo com a reaproximação com Israel, o governo Collor não queria romper com as relações e parceiras com o Oriente Médio. No início da crise do Golfo, em 1990, Collor recusou-se a atender ao pedido do presidente dos EUA, George Bush, de enviar tropas para combater o Iraque na Guerra do Golfo, como parte de uma coalizão multinacional autorizada pelas Nações Unidas. Entre as razões para não tomar partido com os EUA, naquele caso, estavam a tradicional recusa brasileira em usar a força nas relações internacionais e, mais pragmaticamente, os significativos fluxos comerciais entre Brasil e Iraque. (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). A posição de neutralidade dentro do conflito também englobou a decisão brasileira de apoiar incondicionalmente as resoluções do Conselho de Segurança no contexto da crise do Golfo, compensando a negativa brasileira de enviar tropas à região.

As transformações internacionais ocorridas a partir da década de 1990 que culminou com uma maior presença dos Estados Unidos no Oriente Médio, bem como a nova orientação de política externa brasileira, reverteram essa tendência de aproximação e distanciaram o Brasil da região. Segundo Silva (2012), a Guerra do Golfo e os embargos impostos ao Iraque de Saddam Hussein contribuíram para uma queda acentuada no comércio com o país árabe, não tendo havido nesse momento uma estratégia clara para o Oriente Médio na política externa brasileira.

O fim da Guerra do Golfo e o bloqueio econômico do Iraque e as negociações de paz entre judeus e árabes, levou o Brasil a um afastamento de qualquer protagonismo nas questões do Oriente Médio nos primeiros anos da década. O processo

de impeachment do presidente Collor, as crises econômicas e o processo de hiperinflação de 1992 e 1993 afastaram o Brasil do Oriente Médio.

Com o controle de inflação e a normalidade política durante o Governo de Itamar Franco, o Brasil voltaria a participar mais decisivamente dos assuntos do Oriente Médio. O Brasil foi convidado a atender a dois eventos em prol da paz no Oriente Médio para apaziguar a contenda entre árabes e israelenses: a assinatura do tratado de paz entre Israel e o Reino da Jordânia, em outubro de 1994, e a primeira Cúpula Econômica Oriente Médio-Norte da África, (AMORIM, 1994). Esse envolvimento já demonstrava um interesse brasileiro em estabelecer uma dimensão sul-sul à sua política externa. Em novembro de 1993, o governo Itamar Franco autorizou o estabelecimento de uma Delegação Especial Palestina em Brasília. (CANANI, 2004).

O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao assumir a presidência em 1995, tinha sido ministro das Relações Exteriores (1992-1993) no governo Itamar Franco e possuía grande conhecimento das políticas externas adotados pelo governo brasileiro, mantendo o engajamento na questão árabe-israelense. Reforçou um enfoque tradicional de relações exteriores como instrumento de desenvolvimento e de modernização. Esse argumento foi reafirmado pelos formuladores da política externa, tendo adquirido maior significado em tempos de globalização econômica. (LAMPREIA, 1998).

Na mesma linha de equidistância mantida nos conflitos do Oriente Médio, umas das primeiras medidas em relação a política externa de FHC foi enviar o chanceler, Luiz Felipe Lampreia, em agosto de 1995, para uma visita oficial a Israel, 22 anos após a última viagem oficial de alto nível àquele país, realizada por Mário Gibson Barboza. Na mesma viagem, ele também visitou a Faixa de Gaza, onde se encontrou com Yasser Arafat, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP). (LAMPREIA, 2010).

De acordo com Lampreia (2010), FHC não considerava relevante nem fundamental a participação brasileira na solução dos conflitos árabes. Nas palavras de Lampreia o papel diplomático brasileiro:

Não, acho que ninguém julgava que o Brasil pudesse dar uma contribuição direta e importante. Apenas um apoio, um apoio político nas Nações Unidas... desempenhar um papel, eu creio que não. O Brasil pode desempenhar um papel muito pequeno, muito relativo. (LAMPREIA, 2010, p. 176).

Essa falta de perspectiva estratégica na política externa durou os 08 anos de presidência de FHC em relação ao Oriente Médio. O engajamento brasileiro na região somente viria a ocorrer novamente após 2003, no contexto de uma nova estratégia diplomática na presidência de Luís Inácio Lula da Silva.

O governo Lula: aspectos gerais e o lugar do Oriente Médio

Na linha de pensamento de Vigevani e Cepaluni (2007, p. 282-283), a política externa do Governo Lula não alterou muito a praticada por FHC. Enquanto FHC buscava a “autonomia pela participação” no sistema internacional, Lula buscaria a “autonomia pela diversificação”. As maiores alterações estavam na ênfase na cooperação Sul-Sul, na diversificação de parcerias e no maior protagonismo internacional do Brasil.

Além disso, Lula defendeu a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de segurança da ONU, deixando claro seu interesse pela política externa do Brasil. Lula entendia que o Brasil deveria buscar novas formas de inserção internacional, assim como o estabelecimento de novos padrões de comportamento e relacionamento entre os Estados com uma forte diplomacia presidencial (CASON; POWERS, 2009).

Com menos de três meses de governo Lula, uma coalizão militar multinacional liderada pelos Estados Unidos invadiu o Iraque, sem a autorização

do Conselho de Segurança. O Brasil condenou a invasão, mantendo coerência com suas posições de não-intervenção internacional. O fato de ter condenado a invasão foi um fator importante para que o Brasil pudesse reforçar os laços de confiança com os países árabes. Segundo Amorim,

[...] com a atitude que tomou sobre a crise no Iraque, a política externa do governo Lula disse a que veio. [...] A questão do Iraque foi motivo de concertação com parceiros globais e prenunciou relações estratégicas que seriam formalizadas mais tarde [com a França e a Rússia, por exemplo] [...] [A]s posições firmes e desassombradas que adotamos [...] e o esforço de articulação que empreendemos junto a líderes mundiais contribuíram para colocar o Brasil, por assim dizer, na arena global. [...] começávamos a acumular credenciais para uma ação diplomática mais ampla no tabuleiro da política mundial, inclusive em temas aparentemente longínquos, como a Palestina e do programa nuclear iraniano. (AMORIM, 2013b).

A Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) foi um mecanismo de coordenação política em foros multilaterais e de cooperação multissetorial que aproximou o Brasil do Oriente Médio. Foi proposta pelo Brasil em 2003 e formalmente criada em 2005, quando se reuniu em Brasília a I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e Países Árabes. A II Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) ocorreu em 2009, em Doha, no Catar. Foi bastante visível o aumento do fluxo comercial entre o Brasil e os países árabes, em que sobressaíram saldos positivos para o Brasil resultantes de várias iniciativas, às Cúpulas ASPA, às viagens presidenciais aos países do Oriente Médio, além do estabelecimento de novas representações brasileiras na região. (CORNETET, 2014, p. 138-139).

Ainda na linha de seguida por Cornetet (2014), no período 2003-2010, foram criadas três novas embaixadas no Oriente Médio, Mascate (Omã), Nicósia (Chipre) e Doha, (Catar); e três

novos consulados, Istambul (Turquia), Ramalá (Palestina) e Beirute (Líbano), o que deve ser considerado para a aproximação com o Oriente Médio.

Em abril de 2004, o governo brasileiro decidiu designar o embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto como Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio. A Conferência de Anápolis de 2007 dava continuidade ao processo de paz no âmbito do “Mapa do Caminho para a Paz”, iniciado em 2003. Em discurso que pronunciou na Conferência, Amorim (2011) tratou da situação dos Territórios Ocupados e afirmou que o Brasil estava preparado para aumentar de modo significativo sua cooperação econômica e técnica para a reconstrução da Palestina.

Foi observado por Amorim (2011) que, na Conferência de Anápolis, apesar de um grande número de países ter participado da conferência, em torno de 50, o Brasil, a Índia e a África do Sul eram os únicos convidados que não faziam parte da região nem do mundo islâmico, não tinham uma relação mais direta com o conflito israel-palestino, não eram potências coloniais, tampouco tinham grandes interesses materiais a proteger, como o petróleo. Na visão de Amorim (2011):

o convite para participar da conferência era o reconhecimento de uma tese, que temos defendido há muito tempo, de que países em desenvolvimento [...] de fora da região [...] podem trazer uma contribuição nova a questões que são sempre tratadas dentro de uma ótica antiga - e sem resultados. (AMORIM, 2011, p. 145-146, 190).

Em 2010, Brasil e Turquia tentaram mediar o conflito em torno do projeto nuclear iraniano e votaram contra a resolução do Conselho de Segurança que impunha novas sanções ao Irã. Os dois países entendiam que novas sanções serviriam apenas para isolar o governo iraniano e torná-lo mais hostil ao Ocidente. Garantindo ao Irã o fornecimento de urânio com baixo enriquecimento para o funcio-

namento de um reator utilizado em pesquisas médicas, Brasil e Turquia entendiam que as posições iranianas se flexibilizariam. Essa iniciativa necessariamente repercutiu em Israel e, conseqüentemente, sobre a possibilidade de o país ver no Brasil um ator aceitável como mediador de seus conflitos com os palestinos.

Segundo Cervo (2014), o período de governo da Presidente Dilma foi caracterizado pelo declínio das relações internacionais como um todo e principalmente com o Oriente Médio. Sem novos conceitos e sem diálogo com a sociedade internacional, os dois mandatos de Rousseff no poder falharam em abrir caminho com o Oriente Médio em dois pontos: não formulou uma política de comércio exterior e não programou junto com o empresariado uma estratégia de inovação exigida pela competitividade sistêmica de economias internacionalizadas.

A estratégia brasileira no oriente médio

Viu-se, após esse relato histórico das relações entre Brasil e o Oriente Médio, que o Brasil não teve uma estratégia com relação aos países do Oriente Médio até a década de 1970. Devido a falta de uma clara definição da política externa sobre o Oriente Médio e os resultados econômicos não significativos e não esperados, o Brasil teve que recorrer a algumas estratégias criativas em direção aos países árabes, particularmente na relação com Iraque, após a segunda crise do petróleo de 1979. (CERVO; BUENO, 2002). O Iraque tornou-se o maior cliente que a indústria bélica brasileira já possuiu. O volume das importações militares do país cresceu aceleradamente com o início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e manteve-se em patamares elevados até o término do conflito.

Utilizando as ideias de Kenkel (2011), as estratégias utilizadas por um país para alcançar seus

objetivos nacionais são variadas. Pode decorrer de um meio de perseguir os interesses unilaterais de um próprio país, buscando uma motivação realista. Em alguns casos, os Estados visualizam no emprego do poder militar, sob a égide da ONU ou não, um instrumento para atingir um maior prestígio internacional, aliado a uma maior participação nos órgãos deliberativos das Nações Unidas. Os realistas, baseados no interesse nacional e do estado e dentro de um contexto de anarquia internacional, buscavam encontrar fórmulas de equilíbrio de poder entre os Estados que desestimulassem a guerra. As premissas do realismo se baseiam em um Estado Unitário e racional na qual o interesse particularista dos Estados nacionais os faz agirem basicamente em função de seus próprios interesses (DIAS, 2010)

É no contexto das relações internacionais, caracterizada por uma situação de anarquia estrutural, que o comportamento segundo a Razão do Estado – definível como subordinação de qualquer outro valor à necessidade da segurança externa do Estado – se manifesta com maior clareza e abrangência, ou seja, se torna regra e não exceção (BOBBIO, 1987)

Pode-se, também, traçar uma estratégia dentro de uma visão idealista de um altruísmo genuíno associado a estas motivações em ocasiões específicas. Os liberais, atualizando o idealismo de Kant, vislumbravam a paz prolongada por meio das instituições, do direito e da renúncia à guerra. Sendo a guerra algo que interessa aos governantes, não ao povo comum (DIAS, 2010). O protagonista mais importante é o indivíduo, não o Estado, derivando daí as relações internacionais estão baseados em uma moral coletiva, sendo substituído o Estado pelo indivíduo nas relações internacionais.

O estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado da natureza, que é antes um estado de guerra, isto é, ainda que nem sempre haja uma eclosão de hostilidades, é, contudo, uma permanente ameaça disso. Ele tem de ser, portanto, instituído, pois

a cessação das hostilidades ainda não é uma garantia de paz[...] (KANT, 2008p. 23)

Ainda nas ideias de Kenkel (2011), algumas motivações na formulação das estratégias, por sua vez, são externas: os Estados têm sido pressionados por aliados a participar em coligações de intervenção, ou têm alterado sua posição como resultado de mudanças na interpretação das normas internacionais pelo seu principal parceiro de política externa. Outros ainda participam das operações de paz por razões de compensação financeira.

A estratégia com os Estados Árabes, mesmo sem uma clara linha de política externa, desdobra-se em dois diferentes níveis. O primeiro está ligado à necessidade de diversificação e parceira múltiplas que ajudaram o Brasil a suprir suas demandas por energia e promover o comércio, viabilizando exportações de commodities e também de produção industrial. O segundo, de acordo com Vigevani e Cepaluni (2007), está em um nível ideacional, no sentido de uma busca de autonomia em sua política externa, sobretudo em relação aos Estados Unidos.

As exportações da indústria nacional de defesa, tanto de armas leves como de lançadores de foguete e carros blindados tornaram-se o “carro-chefe” das relações do Brasil com países do Oriente Médio. Além da parte bélica, algumas empresas brasileiras de construção civil também se beneficiaram da instabilidade regional, firmando projetos ambiciosos de infraestrutura com o regime de Saddam Hussein no Iraque.

A partir de 2003, o Brasil começou a observar o Oriente Médio como uma região com grandes possibilidades para o país. Os países da região conviveriam diretamente com as graves consequências da Guerra do Iraque, como a profunda desestabilização do Oriente Médio. Buscar novos aliados foi uma das opções estratégicas que se apresentavam aos países da região. O primeiro passo desse processo teria acontecido ao longo das viagens a cinco

países árabes que fez o ministro com o presidente Lula, em dezembro de 2003 - Egito, Emirados Árabes Unidos, Líbano, Líbia e Síria. De acordo com Amorim (2011), **“Então, nos voltarmos para o Oriente Médio era, intuitivamente, um meio de buscar novos mercados”** [grifo nosso]. A própria ideia sobre a ASPA teria surgido nessas viagens, quando Lula disse ao ministro que queria criar algum mecanismo de encontros de chefes de Estado da região, e Amorim teria acrescentado que se poderiam então promover encontros entre os países sul-americanos e os países árabes. (AMORIM, 2011, p. 416-417).

De acordo com Amorim (2011), a atual estratégia brasileira pode ser analisada dentro de uma divisão regional do Oriente Médio em dois objetivos. O primeiro ligado ao interesse no potencial econômico e político de Síria, Líbia e Irã. Esses países são vistos como parceiros-chave, sobretudo porque abririam oportunidades para o aprofundamento dos laços inter-regionais, como se viu na inauguração da Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA), em 2005. O Irã representava a possibilidade de contar com importante parceiro econômico. Alguns países árabes são mercados potencialmente emergentes e importantes, podendo se constituir em destino natural para exportações brasileiras e outras formas de colaboração econômica. A Líbia tornou-se importante fornecedor de petróleo para o Brasil, chegou a exportar 1.4 bilhão de dólares para o Brasil em 2008.

O segundo objetivo da estratégia brasileira está relacionado com uma visão do Presidente Lula e do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, no sentido de que os interesses nacionais coincidem com os da busca de diminuição do unilateralismo nas relações internacionais. Relacionava com a necessidade de um posicionamento mais proativo nos duradouros e conflitos tensões regionais. (MESSARI, 2006)

A busca por um maior espaço no Oriente Médio não visava um enfrentamento aos Estados Unidos, mas diversificação dos parceiros significava a tomada de posição sobre temas polêmicos dentro do contexto internacional. Um dos sinais nesse sentido foi o anúncio feito pelo presidente Lula em cadeia nacional de rádio e televisão, no dia seguinte à invasão norte-americana ao Iraque, 21 de março de 2003, no qual manifestou a profunda preocupação do Brasil e o total repúdio ao uso da força sem a autorização das Nações Unidas e na tentativa do governo brasileiro em negociar o problema nuclear iraniano.

Essas ideias podem ser contextualizadas pela aprovação pelo Estado-Maior do Exército (EME) da Portaria nº164, de 15 de agosto de 2013, dando as diretrizes para o planejamento de hipótese de integrar missões de paz sob a égide das Nações Unidas no Oriente Médio com um Batalhão de Infantaria de Força de Paz, baseada uma consulta feita pelo MD para o Exército Brasileiro (EB) sobre a possibilidade de enviar tropa para a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) ou para a *United Nations Interim Forces in Lebanon* (UNIFIL) que figuram na Memória Informativa Nr 24 SMP 5ª SCh EME de 27 Dez 2013. Nesta consulta, o parecer do EME é desfavorável ao envio de tropa para a UNMISS e favorável ao envio para o Líbano, iniciaram-se as atividades de estudo e de planejamento para envio de tropa para a UNIFIL. O próprio MRE ainda questiona a possibilidade de envio de tropa para a UNIFIL. Uma das preocupações é a aceitação popular com relação a probabilidade do aumento de soldados brasileiros mortos no exterior e a entrada do Brasil no foco do terrorismo internacional, haja vista os problemas recentes ocorridos na Síria, bem como alguns problemas que envolvem ações terroristas em território libanês. Cabe ressaltar que, desde 2011, a Marinha brasileira já atua na UNIFIL, no comando da missão de paz da Força-Tarefa Marítima (FTM). A Marinha do Bra-

sil mantém um navio e uma aeronave orgânica na costa libanesa com o objetivo de impedir a entrada de armas ilegais e contrabandos naquele país, além de contribuir para o treinamento da Marinha libanesa, de modo que a mesma possa conduzir suas atribuições de forma autônoma.

Da mesma linha de aproximação, em 02 de junho de 2015, o ministro das Relações Exteriores do Iraque, Ibrahim al-Jaafari, pediu apoio do país no combate ao Estado Islâmico e defendeu uma possível cooperação brasileira na área militar⁴. As propostas foram debatidas em encontros de Jaafari com os ex-ministros Jaques Vagner (Defesa), Mauro Vieira (Relações Exteriores) e o então vice-presidente Michel Temer. Segundo o antigo Ministério da Defesa, o apoio militar do Brasil ao combate à milícia foi o principal motivo da vinda do iraquiano à Brasília. O chanceler do Iraque argumentou que o avanço do Estado Islâmico é um problema internacional, e não está restrito apenas aos países do Oriente Médio. Ao chanceler, Jaafari destacou que o terrorismo é um “problema global que exige resposta global”.

A guerra contra o terrorismo não é uma guerra convencional. Buscamos os países amigos e democráticos para defender aqueles que estão sofrendo com esse fenômeno”, disse Al-Jaafari, de acordo com a assessoria de imprensa do ministério.” Ibrahim al-Jaafari – Ministro de Relações Exteriores do Iraque. (BRASIL, 2015)

Segundo as análises de Chagas (2010), existe uma ideia clara quais são as estratégias brasileiras ao planejar o emprego de tropas militares no Oriente Médio, bem como de que maneira estas se encaixam em um plano maior para maximizar o perfil internacional do Brasil. O poder militar pode ser empregado tanto na busca dos interesses nacionais quanto na realização dos preceitos da identidade brasileira, sempre olhando pelos enfoques realistas e idealistas.

4. Foreque, (2015)

A estratégia de utilizar o poder militar permite ao Brasil atingir objetivos e interesses nacionais. De fato, os benefícios da participação nas operações de paz não se limitam aos objetivos diplomáticos e incluem o treinamento e o equipamento das Forças Armadas (GOÉS; OLIVEIRA JÚNIOR, 2010), bem como a possibilidade de participação dos militares em uma missão prestigiosa, intimamente vinculada à imagem do país no exterior.

Uziel (2011) analisa de forma simples e objetiva as estratégias brasileiras para dentro das motivações do Brasil para estar no presente no Oriente Médio. Podemos adaptar fazendo uma divisão em dois grandes blocos. O primeiro bloco está ligado aos assuntos bilaterais e regionais onde se busca: solidarizar-se com o país egresso de conflitos; adensar relação com o país anfitrião ou países vizinhos; e promover o comércio e os investimentos brasileiros. E um segundo bloco que projeta o país em um nível internacional buscando: legitimar candidatura a vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); fortalecer o multilateralismo e a solução pacífica de conflitos; maximizar a influência brasileira no CSNU durante biênios eletivos; e demonstrar capacidade de mobilização.

Ramalho (2009) enfatiza que uma estratégia exitosa credenciaria o Brasil a projetar-se no contexto internacional sendo um elemento de ligação entre o mundo desenvolvido e em desenvolvimento, como uma espécie de ponte entre ricos e pobres. Isso legitimaria o protagonismo de um país carente de poder militar e econômico, tanto em contextos formais no CSNU, quanto em foros menos institucionalizados, como o G-8 e o G-20. Para Amorim 2005 trata-se de fomentar

um multilateralismo robusto, que assegure [...] que os benefícios gerados pelo progresso sejam mais amplamente disseminados e que os valores da democracia e da justiça social sejam parte da realidade cotidiana da maioria da população mundial. (AMORIM, 2005 p.4)

Conclusão

Buscou-se neste artigo dentro de um contexto histórico, apresentar as estratégias brasileiras no Oriente Médio, tentando entender como a diplomacia brasileira conduziu sua Política Externa em relação ao Oriente Médio. Tratar o tema de forma cronológica facilita uma visão mais ampla nas relações internacionais e da diplomacia brasileira, podendo facilmente visualizar os interesses brasileiros sobre essa região. As estratégias adotadas nas políticas externas dos diversos governos com o Oriente Médio seguiram uma razoável constância de linha de pensamento de Estado dentro das tradições brasileiras de relações internacionais, sendo buscado sempre a tradicional política de não-intervenção brasileira e a ideia da diplomacia para alavancar o desenvolvimento através do comércio.

No período dos governos militares houve um grande aumento dos intercâmbios com a região, sobretudo determinado pelo aumento das importações de petróleo e as exportações de produtos de defesa para o Oriente Médio, levado por uma busca de um maior protagonismo internacional e de interesses econômicos que marcaram a diversificação das estratégias. A iniciativa brasileira de participar da mediação de um conflito localizado no Oriente Médio e o “não-apoio” a invasão norte-americana no Iraque em 2003 representam algumas estratégias brasileiras aplicadas para buscar uma aproximação com o Oriente Médio.

Os resultados da estratégia de aproximação do Estado brasileiro com o Oriente Médio em termos econômicos ou investimentos não fossem expressivos em termos nacionais. Somente 8% dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil vinham de países árabes. (LESSA, 2000). Os resultados foram pontuais e localizados para algumas partes do campo nacional como a Indústria de Defesa. A aproximação entre Brasil e o mundo árabe, entretanto,

não trouxe todos os resultados desejados em termos de comércio ou investimentos.

A estratégia de empregar de tropas no Oriente Médio, possibilita uma projeção de poder, ampliação a capacidade de influência do país no cenário internacional. Esse esforço se estrutura por meios que se reforçam mutuamente: a demonstração de coragem, iniciativa e capacidade material e técnica para solucionar crises reais e a decisão de só atuar em missões auspiciadas pela ONU, aceitas pelos governos receptores e amparadas em valores a que dificilmente alguém se oporia: justiça, equidade e não-indiferença a situações extremas negativas.

A participação em operações de paz permite ao Brasil satisfazer as tendências idealistas, conduzindo o apoio à ONU na resolução pacífica de conflitos. O envio dos capacetes azuis também cumpre concomitantemente a lógica realista, não só trazendo os benefícios de demonstrar a aptidão e a vontade do país em assumir responsabilidade internacional, portanto, sua idoneidade para assento dotado de veto no CSNU, mas também se garantindo a influência de se envolver ativamente em fóruns em que as grandes potências estão presentes (GOÉS; OLIVEIRA JÚNIOR, 2010). Sendo, portanto, um excelente veículo para a transformação da postura grociana do país em ações concretas.

A análise do trabalho ficou comprometida em sua atualidade devido à complexidade intrínseca aos conflitos do Oriente Médio e a rapidez com que a conjuntura internacional se transforma. Da mesma forma, a evolução da Política Externa Brasileira nos últimos meses, devido as alterações na posição dos atores relevantes no cenário político brasileiro torna a análise complexa sem uma definição clara de como serão as futuras relações internacionais com o Oriente Médio.

Referências

- AMORIM, Celso. Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos. Rio de Janeiro: OPSA/Iuperj, 2005. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/5_analises_Artigo%20Celso%20Amorim.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.
- AMORIM, Celso. Brasil, um País Provedor de Paz. Estudos Internacionais, v. 1, n. 2, p. 127-137, 2013a.
- AMORIM, Celso. Breves narrativas diplomáticas. São Paulo: Benvirá, 2013b.
- AMORIM, Celso. Conversas com Jovens Diplomatas. São Paulo: Benvirá, 2011.
- AMORIM, Celso. Palestra do Ministro Celso Amorim sobre o processo de paz no Oriente Médio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA MÍDIA SOBRE O PROCESSO DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 27 jul. 2010.
- AMORIM, Celso. Política externa, democracia, desenvolvimento: gestão do Ministro Celso Amorim no Itamaraty. Brasília: FUNAG, 1994.
- ARON, Raymond. Penser la guerre, Clausewitz. Paris: Gallimard, 1976.
- BARROSO, L. R. Fundamentos teóricos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. Revista Diálogos Jurídicos, Salvador, ano 1, v. 1, n. 6, set. 2001. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br/pdf_6/DIALOGO-JURIDICO-06-SETEMBRO-2001-LUIS-ROBERTO-BARROSO.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017
- BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BP – BRITISH PETROLEUM. Excel workbook of historical statistical data: from 1965-2010. London, 2011. Disponível em: <http://www.bp.com/assets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2011/STAGING/local_assets/spreadsheets/statistical_review_of_world_energy_full_report_2011.xls>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais....Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 maio 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Ministro do Iraque busca aproximação com o Brasil na área de defesa. Brasília: MD, 2015. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/15900-ministro-do-iraque-busca-aproximacao-com-o-brasil-na-area-de-defesa>>. Acesso em: 05 maio 2017.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 53-104.

- CANANI, Ney. Política externa no governo Itamar Franco. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- CASARQUES, Guilherme and VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? História [online]. 2014, vol.33, n.2 pp.150-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742014000200150&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-43692014000200009>. Acesso em 10 janeiro de 2017
- CASON, Jeffrey; POWER, Timothy. Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian Foreign Policy making from Cardoso to Lula. International Political Science Review, v. 30, n. 2, p. 117-140, 2009.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: UnB, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). Rev. bras. polít. int. [online]. 2014, vol.57, n.2, pp.133-151. ISSN 0034-7329. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400308>.
- CHAGAS, V. B. C. Minustah and the security environment in Haiti: Brazil and south American cooperation in the field. International Peacekeeping, v. 17, n. 5, p. 711-722, 2010.
- CORNETET, João Marcelo C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na Continuidade. Conjuntura Austral, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014.
- CLAUSEWITZ, Carl von: On War, tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984, 732 pp., pp. 641-711.
- DIAS, R. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global Editora Atlas Rio de Janeiro. 2010
- DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo; Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FAINGOLD, Reuven. D. Pedro II na Terra Santa: diário de viagem - 1876. São Paulo: Séfer, 1999.
- FARES, Seme Taleb. O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 50, n. 2, p. 129-145, 2007.
- FIGUEIREDO, João Batista. XXXVII Session of the United Nations General Assembly, 1982. In: ALEXANDRE DE GUSMÃO FOUNDATION. The Voice of Brazil in the United Nations. Brasília: FUNAG, 1995.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson. O Brasil no Conselho de Segurança da ONU: 1998-1999. Brasília: Funag/IPRI, 2002.
- FOREGUE, Flávia. Chanceler do Iraque pede apoio do Brasil contra Estado Islâmico. Folha de São Paulo, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/06/1637118-chanceler-do-iraque-pede-apoio-do-brasil-contra-estado-islamico.shtml>>. Acesso em: 05 maio 2017.
- FREIDE, Roy Reis. Ciência política e teoria do Estado. Rio de Janeiro. Bibliex, ISBN: 978-85-7011-550-8 2015
- GOÉS, F. L.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. A presença brasileira nas operações de paz das Nações Unidas: inserção internacional brasileira: temas de política externa. Brasília: Ipea, 2010. p. 407-440.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. XXXVI Session of the United Nations General Assembly, 1981. In: ALEXANDRE DE GUSMÃO FOUNDATION. The Voice of Brazil in the United Nations. Brasília: FUNAG, 1995.
- HAIJAR, Claude Fahd. Imigração Árabe: 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.
- HIRST, Monica e PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 38, n. 1, p. 5-23, 1995.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens. Rio de Janeiro, Zahar, 2007. p. 15. 71
- KANT, Immanuel. À Paz Perpétua. Porto Alegre, Editora L&PM 2008
- KENKEL, Kai Michael. New missions and emerging powers: Brazil's involvement in MINUSTAH. Montréal; Kingston: McGill-Queen's University Press, 2010. p. 125-148.
- KENKEL, Kai Michael. Interesses e identidade na participação do Brasil em operações de paz. Revista Tempo Do Mundo, v. 3, n. 2, ago. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6205/1/RTM_v3_n2_Interesses.pdf>. Acesso em: 05 maio 2017.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. O Brasil e os ventos do mundo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- LEONARD, R. A. A short guide to Clausewitz on war. London: Weidenfeld & Nicolson, 1967.
- LESSA, Antonio C. Israel e o Mundo Árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 149-186.
- MESSARI, Nizar. O Brasil e o Mundo Árabe. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. (Org.) Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1.
- MORAES, Reginaldo C. A.; CRUZ, Sebastião Velasco e. Construção Retomada: desafios políticos e perspectivas internacionais para o Brasil. Nueva Sociedad, out 2008, p. 4-21. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/a-construcao-retomada-desafios-politicos-e-perspectivas-internacionais-para-o-brasil/>>. Acesso em: 05 maio 2017.
- MORAES, R. F. Ascensão e queda das exportações brasileiras de equipamentos militares. Boletim de Economia e Política Internacional, Brasília, n. 3, jul./ago. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100709_boletim_internacional03.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2016

RAMALHO, A. J., Política externa e política de defesa no Brasil: Cívica e militares, prioridades e a participação em missões de paz, e-cadernos ces [Online], 06 | 2009, colocado online no dia 01 Dezembro 2009, acessado a 02 fevereiro 2017. URL : <http://eces.revues.org/359>; DOI : 10.4000/eces.359.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. Política externa e política de defesa no Brasil: Cívica e militares, prioridades e a participação em missões de paz. E-cadernos ces, 2009. Disponível em:< <http://eces.revues.org/359>>. Acesso em: 05 maio 2017.

ROSA, Luciano Ozorio. O Brasil e o Oriente Médio (1930-1990). São Paulo: Annablume; NUPRI; USP, 2000.

SANTOS, Norma Breda dos. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo. *Cena Internacional*, v. 5, n. 2, 2003a.

SANTOS, Norma Breda dos. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo. *Cena Internacional*, v. 5, n. 2, p. 5-22, 2003b.

SANTOS, Norma Breda dos. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. In: DUPAS, Gilberto; VIGÉVI, Tullo (Org.). *Israel-Palestina: a Construção da Paz vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 263-285.

SARNEY, José. XL Session of the United Nations General Assembly, 1985. In: ALEXANDRE DE GUSMÃO FOUNDATION. *The Voice of Brazil in the United Nations*. Brasília: FUNAG, 1995.

SILVA, André Luis; PILLA, Bruno. O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento. *Ciências & Letras, Porto Alegre*, n. 51, p. 111-133, jan./jun. 2012. Disponível em:< <http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/viewFile/144/140>>. Acesso em: 05 maio 2017.

SILVEIRA, Antonio Azeredo da. XXIX Session of the United Nations General Assembly, 1974. In: ALEXANDRE DE GUSMÃO FOUNDATION. **The Voice of Brazil in the United Nations**. Brasília: FUNAG, 1995.

SIMONS, Marlise. Gulf war spurs Brazil arms makers. **The New York Times**, New York, 25 Jan. 1988.

UZIÉL, Eduardo. O controverso caso da resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança. **Política Externa**, v. 20, n. 1, 2011.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Aberto. Brasil-Israel: Da partilha da palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). *Cadernos Cedec* nr 68. 1999, Disponível em www.cedec.org.br/admin/arquivos/get/id/300. Acesso em: 10 janeiro de 2017

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre, 1998, **Editora da Universidade/UFRGS**.